

EDITORIAL

Recebi o convite do Editor-Chefe, que me cedeu a oportunidade e a honra de escrever o editorial da 6ª Edição da Revista Científica da Polícia Militar-RevPMMS. Impressionou-me o nível dos artigos. Surpreendentemente, o primeiro dos 15 artigos, intitulado: **“A Polícia Militar nas Bordas do Sistema da Segurança Pública: Inovação, Complexidade e a Nova Agenda das Ciências Policiais”**, foi escrito por um pesquisador civil, doutor em psicologia pela Universidade de Brasília e consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Isso demonstra a preocupação da ciência com o problema que mais aflige à população ultimamente que é a segurança pública. O autor (Sergio Fernandes Senna Pires) oferece uma contribuição teórica, ao deslocar o debate sobre a segurança pública, do falso dilema entre centralização e fragmentação, mobilizando os conceitos de sistemas adaptativos complexos e governança policêntrica. Ele demonstra que a Polícia Militar ocupa uma posição estruturante nos sistemas de segurança, não por exercer supremacia sobre os demais atores, mas por atuar como instituição de acoplamento entre a população, o território e o Estado.

O segundo artigo, **“*Overtourism* e Conflitos Sociais: Desafios da Segurança Pública Aplicada ao Turismo (SPAT)”**, do pesquisador Oziel Pereira da Silva, trata do fenômeno do *Overtourism* e seus desdobramentos para a segurança pública. O artigo propõe um modelo preventivo integrado, com destaque para a criação de Conselhos de Segurança Turística (CONSETurs), como estratégia de monitoramento de tensões sociais e prevenção de conflitos entre visitantes e comunidades receptoras.

O diálogo entre teoria e prática institucional se faz presente no artigo intitulado **“SCRUM na Gestão de Projetos Tecnológicos Inovadores na PMMG”**, de Jamichel Francisco Rocha da Silva, Lázaro Tavares de Melo Silva e Marco Elias Gomes de Oliveira. O artigo documenta a experiência pioneira da Polícia Militar de Minas Gerais na adoção da Metodologia Ágil - SCRUM para o desenvolvimento do Sistema de Policiamento Inteligente (SPI), demonstrando como práticas oriundas da iniciativa privada podem ser adaptadas com sucesso à gestão pública, ampliando a capacidade de entrega de soluções tecnológicas customizadas.

A segurança em contextos específicos é abordada em múltiplas perspectivas. O estudo, **“Análise Criminal para o Enfrentamento de Furtos, Através da Polícia Ostensiva, na Cidade de São Bento do Sul-SC”**, dos autores Aires Volnei Pilonetto, Miguel Ângelo Silveira, Woldemar Deocleciano Medeiros Klaes e Nazareno Marcineiro, exemplifica a aplicação prática da análise criminal como ferramenta de planejamento operacional. Ao identificar padrões espaço-temporais e o perfil dos agentes envolvidos em furtos, os autores oferecem subsídios concretos para a alocação eficiente de recursos policiais, demonstrando a utilidade da análise criminal para a tomada de decisão estratégica.

A dimensão jurídica da atuação policial em contextos indígenas é analisada em **“Análise Jurídica das Competências e Atuação da Patrulha Indígena da Polícia Militar da Paraíba”**, pelos pesquisadores Paulo César Gomes da Silva Júnior, Lindomar Gomes de Sousa e Henrique José Andrade Rodrigues. O estudo examina a inserção da Patrulha Indígena no ordenamento jurídico, destacando a necessidade de formalização da cooperação com a FUNAI nos termos do Decreto Federal nº 12.373/2025, e reconhece a aceitação da iniciativa pelas comunidades atendidas.

A responsabilização penal por danos ambientais relativa aos incêndios é examinada no artigo: **“Tutela Penal dos Crimes de Incêndio Ambiental: Nexo Causal e Limites Probatórios Após Lei Federal nº 14.944/2024”**. O estudo analisa os desafios probatórios na responsabilização por incêndios ambientais, destacando que, embora a ampliação legislativa tenha fortalecido a tutela normativa, a dificuldade de comprovação do nexo causal permanece como o principal entrave à efetividade da responsabilização penal.

As pesquisadoras Claudia Nara Maldaner e Estefanie Gomes Caetano discutem a relação entre ordenamento urbano, policiamento turístico e percepção de segurança no artigo: **“O Caso de Gramado/RS: Ordenamento Urbano, Policiamento Turístico e Percepção de Segurança”**. O estudo demonstra como a integração entre planejamento urbano, legislação municipal e policiamento especializado contribui para a construção da imagem de destino seguro, reforçando a importância da segurança pública como fator de competitividade turística.

No campo do policiamento rural, artigo: **Internet Via Satélite na Segurança Territorial: Proposta de Implementação da Tecnologia *Starlink* nas Viaturas da Patrulha Rural Comunitária de Doutor Ulysses, Paraná, Brasil**, sobre a implementação da tecnologia da *Starlink* nas viaturas da Patrulha Rural Comunitária do município de Doutor Ulysses-PR. O estudo realizado pelos pesquisadores Adilson Luiz Ramos Lovato e Íncare Correa de Jesus demonstra como a conectividade via satélite supera o isolamento digital em áreas rurais, transformando a viatura em posto avançado de comando e viabilizando consultas a sistemas de inteligência em regiões negligenciadas pela infraestrutura terrestre, consolidando a segurança territorial e a integração interestadual.

O tema da violência de gênero em contextos interculturais, no caso, no contexto indígena, é analisado no artigo **“Mulher Segura Indígena: Uma Política Pública Interseccional para o Paraná Inspirada na Experiência do PROMUSE-MS”**, pela pesquisadora Liciane Coutinho de Paula. O artigo identifica dados alarmantes sobre a subnotificação da violência doméstica contra mulheres indígenas no Paraná e propõe a adaptação intercultural do programa Mulher Segura, inspirada na experiência exitosa do Mato Grosso do Sul. A proposta de agentes indígenas multiplicadores, materiais bilíngues e rodas de conversa nas aldeias representa um avanço na direção de políticas públicas que reconheçam a interseccionalidade e a especificidade cultural.

Na mesma direção de inovação teórica, o artigo intitulado: **“Do TAF Tradicional ao TAF Operacional: Proposta de um Modelo Avaliativo Baseado nas Demandas Reais da Atividade Policial”**, de autoria do pesquisador Magnelson Bonfim Reis, submete a crítica o modelo tradicional de Teste de Aptidão Física (TAF), apontando suas limitações para representar as demandas reais da atividade policial. A proposta de um circuito operacional contínuo, que integra capacidades físicas em situações de fadiga simulada, representa um avanço significativo na aproximação entre avaliação física e desempenho operacional, alinhando-se às tendências contemporâneas observadas em forças armadas de referência internacional.

A saúde mental dos profissionais de segurança pública é tema do artigo do pesquisador André Martins Barbosa intitulado: **“Impactos na Saúde Mental dos Profissionais da Polícia Civil no Brasil”**. A revisão bibliográfica evidencia a alta exposição a estressores ocupacionais e a prevalência de depressão, ansiedade e

Burnout entre policiais civis, apontando a insuficiência das políticas de cuidado e a persistência do estigma como barreiras à busca por ajuda.

No campo do policiamento turístico, o pesquisador Oziel Pereira da Silva Diante analisa de que forma a presença visível e qualificada da Polícia Turística influencia a percepção de segurança e a experiência do visitante em destinos turísticos. Como contribuição teórica, apresenta-se o Modelo OPS de Mediação da Experiência Turística pela Polícia Turística, que auxilia na compreensão da dinâmica de construção da experiência do visitante e pode subsidiar a criação de ferramentas de análise e gestão da experiência turística.

A dimensão ambiental da segurança pública é abordada no artigo intitulado: **“Fiscalização Ambiental no Pantanal: Inteligência Territorial, Tecnologia e Atuação Preventiva na Proteção do Bioma”**, do pesquisador Cícero Fabrini Dias de Almeida. O artigo argumenta que a efetividade da fiscalização ambiental na planície pantaneira depende da articulação entre presença territorial, inteligência ambiental e geotecnologias, em um modelo que transcende a atuação reativa. A análise da Lei do Pantanal (Lei Estadual nº 6.160/2023) e dos dados do MapBiomas sobre seca e incêndios evidencia a urgência de uma atuação preventiva e territorialmente inteligente.

A tradição militar também é objeto de reflexão no artigo: **“Ordem Unida: Histórico, Aplicação e Importância para as Instituições Policiais Militares do Brasil”**, do pesquisador Gustavo Ramos Chagas. O artigo defende que a Ordem Unida, quando aplicada de forma pedagógica e contextualizada, permanece como ferramenta estratégica de formação profissional, disciplina e fortalecimento institucional, compatível com os princípios do Estado Democrático de Direito.

Por fim, na linha de enfrentamento à violência contra grupos vulneráveis, o artigo das pesquisadoras Bruna Carla Sanches Rodrigues, Leticia Michele Escobar do Espírito Santo e Nádia Eduardo Rocha Pantano intitulado: **“O Abuso Sexual Infantil: Uma Análise Sistêmica da Violência Invisível Contra Criança e Adolescente”** oferece um panorama abrangente sobre a complexidade do abuso sexual infantil, desfazendo mitos e apontando caminhos para a prevenção e a responsabilização. O artigo destaca a importância da educação e da conscientização social como ferramentas complementares ao sistema penal.

A revista ainda no campo das Ciências Policiais apresenta um Ensaio intitulado: **A Arquitetura Do Trabalho Interativo na Defesa Social Integral: O Impacto da Classificação do PCC e CV como Grupos Terroristas e a Preservação da Soberania Interna**, do pesquisador Amauri Meireles. O autor analisa o impacto geopolítico da classificação do Primeiro Comando da Capital-PCC e Comando Vermelho-CV como organizações terroristas pelos Estados Unidos. Evidenciando como a perda da Soberania Interna fragiliza a Soberania Externa, o autor propõe o Nacionalismo Pragmático — combinando soluções legislativas, econômicas, diplomáticas e operacionais ancoradas no paradigma das leis antimáfia italianas e nos pilares do Pentágono de Convergência Interativa (PCI). O trabalho propugna pela mobilização sistêmica da defesa do Estado, integrando concomitantemente as prevenções primária, secundária e terciária por meio do trabalho interativo e do apoio mútuo das agências, corrigindo falhas crônicas de coordenação, cooperação federativa e articulação intergovernamental.

Esta 6ª Edição publica também uma resenha do pesquisador José Walber Rufino Tavares sobre a obra de Azor Lopes da Silva Júnior: **“Fundamentos Jurídicos da Atividade Policial”**, que examina criticamente a dicotomia entre polícia administrativa e polícia judiciária. Ao distinguir entre órgão, competência e natureza da atividade policial, o autor oferece instrumental analítico preciso para compreender limites e possibilidades de atuação das diferentes instituições, contribuindo para o debate sobre a convivência entre legalidade, especialização, integração e eficiência no sistema de segurança pública.

Em sua totalidade, os artigos, ensaio e resenha aqui reunidos, testemunham a vitalidade das ciências policiais como campo de conhecimento em expansão. Eles não apenas refletem sobre problemas concretos da atividade policial, mas o fazem a partir de um diálogo produtivo com outras áreas do saber, da teoria da complexidade à criminologia, da gestão de projetos à análise criminal. A diversidade temática e metodológica revela a maturidade de um campo que já não se contenta com respostas intuitivas ou soluções de senso comum, mas busca na ciência o fundamento para a inovação institucional e a melhoria contínua do serviço público.

Dentro da versatilidade da segurança pública destaca-se nesta edição a submissão e publicação de três artigos voltados ao Policiamento Turístico, tema já apresentado em edições anteriores. O destaque é que, Mato Grosso do Sul tem uma base econômica fortíssima no turismo e a Polícia Militar, que já excuta esta modalidade de policiamento com informações, fiscalização e apoio ao turista, especialmente no setor mais desenvolvido que é o Turismo Pesqueiro, por meio da Polícia Militar Ambiental, está preparando seus policiais, por meio de formação em cursos específicos ao policiamento e atendimento turístico.

Que este número da RevPMMS sirva como estímulo à produção acadêmica qualificada e como instrumento de aprimoramento das políticas de segurança pública, fortalecendo o compromisso da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul com a pesquisa, a inovação e a proteção da sociedade. Boa leitura!

Wagner Ferreira da Silva – Coronel QOPM
Secretário-executivo de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul